

CLASSIFICAÇÃO DE REGIMES POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA: UM ESTUDO COMPARADO DAS PRINCIPAIS PLATAFORMAS DE MENSURAÇÃO

José Maria Pereira da Nóbrega Júnior

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco e Professor Associado na Unidade Acadêmica de Gestão Pública da Universidade Federal de Campina Grande.

ORCID: [0000-0001-9977-2964](https://orcid.org/0000-0001-9977-2964)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9764413344024580>

Resumo

Na América Latina, a maioria dos países apresenta classificação intermediária em relação a qualidade de suas democracias. A pesquisa apresentou uma forma inovadora de análise comparativa de regimes políticos na América Latina. Seguindo estudos pioneiros, nossa inovação é metodológica. Nosso objetivo central foi, a partir da construção de um conceito objetivo de democracia, traçar uma forma padronizada de comparação entre os regimes da região. Para isso, adotamos o método quantitativo de análise de dados estatísticos resgatados dos principais institutos de pesquisa de mensuração de regimes políticos, estes: *a The Economist Intelligence Unit (Democracy Index)*, *o Varieties of Democracy Institute (V-DEM)*, e *a Freedom House*. A pesquisa resultou numa escala tricotômica (democracia, semidemocracia ou autoritarismo) dos regimes analisados, com a uniformização dos dados nas médias estatísticas das três plataformas de análise dos dados nos três institutos, na qual foram destacados os países em suas qualidades democráticas. Houve alta correlação entre os resultados, com destaque para a maior correlação entre os institutos do *Democracy Index* e da *Freedom House* como sendo mais associados e o *V-DEM* como mais criterioso nas análises dos países. Sendo assim, Uruguai, Costa Rica e Chile foram apontados como os mais democráticos. A maioria dos países se situa numa zona intermediária, ou cinzenta, entre um regime e outro (semidemocráticos ou semiautoritários). E Cuba, Venezuela e Haiti como os regimes menos democráticos, ou mesmo autoritários.

Palavras-chave: *Democracia, Teoria Política Contemporânea, Instituições Políticas, Classificação, Index.*

Abstract

In Latin America, most countries have an intermediate ranking in relation to the quality of their democracies. The research presented an innovative form of comparative analysis of political regimes in Latin America. Following pioneering studies, our innovation is methodological. Our main objective was, based on the construction of an objective concept of democracy, to outline a standardized way of comparing regimes in the region. For this, we adopted the quantitative method of analyzing statistical data retrieved from the main research institutes measuring political regimes, these: The Economist Intelligence Unit (Democracy Index), the Varieties of Democracy Institute (V-DEM), and Freedom Casa, Lar. The research resulted in a trichotomic scale (democracy, semi-democracy or authoritarianism) of the analyzed regimes, with the standardization of the data in the statistical averages of the three data analysis platforms in the three institutes, in which the countries were highlighted in their democratic qualities. There was a high correlation between the results, with emphasis on the greater correlation between the Democracy Index and Freedom House institutes as being more associated and the V-DEM as being more judicious in the analysis of the countries. Thus, Uruguay, Costa Rica and Chile were identified as the most democratic. Most countries are located in an intermediate, or gray, zone between one regime and another (semi-democratic or semi-authoritarian). And Cuba, Venezuela and Haiti as the least democratic, or even authoritarian regimes.

Keywords: Democracy, Contemporary Political Theory, Political Institutions, Classification, Index.

Introdução

A democracia como regime político é o objetivo central dos novos regimes políticos que transitaram de ditaduras para poliarquias, no que o cientista social Samuel Huntington chamou de terceira onda democrática (HAGGARD; KAUFMAN, 2017). No entanto, a maioria dos países latino-americanos transitou para novas poliarquias com falhas estruturais em suas instituições responsáveis pela garantia do Estado de Direito (O'DONNELL, 1999).

A democracia como regime político é algo de difícil consolidação. Foram pontuados alguns aspectos teóricos e empíricos dos regimes políticos na América Latina, definindo o conceito de democracia que dá alicerce ao estudo sistemático das comparações empíricas dos principais órgãos de avaliação e mensuração de regimes políticos.

Sartori (1994) fala da dificuldade em se definir democracia do ponto de vista puramente empírico. Ele aborda os aspectos normativos que se encontram implícitos nessas teorias procedimentais. De toda a forma, são as teorias empíricas que dão suporte aos testes de mensuração dos regimes políticos. Sabemos da dificuldade e da complexidade da discussão teórica no campo da teoria democrática contemporânea, mas o nosso intuito é comparar as plataformas de mensuração partindo das premissas teóricas que alicerçaram tais estudos.

Os instrumentos utilizados para medir e classificar os regimes políticos foram os *surveys*, estudos e bancos de dados efetuados pelas seguintes instituições internacionais:

1. *Freedom House* (FREEDOM IN THE WORLD, 2016);
2. *The Economist Unit Index* (DEMOCRACY INDEX, 2016);
3. *V-DEM Institute* (V-DEM ANNUAL REPORT, 2017).

A pesquisa demonstrou que esses bancos de dados em seus resultados classificatórios de regimes políticos são altamente correlacionados. Os objetivos da pesquisa foram, além de discutir o conceito empírico de democracia liberal, testar e analisar os bancos de dados das três plataformas citadas acima. O intuito principal foi medir, classificar, comparar e ranquear as médias de escores dos países latino-americanos, buscando descobrir se há alinhamento entre os principais órgãos de avaliação, mensuração e classificação de regimes políticos, o que foi comprovado pelos testes estatísticos executados na pesquisa.

Material e métodos

A pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico e documental com o foco em método estatístico descritivo de análise de dados dos países latino-americanos, tendo como base os relatórios e tabelas compiladas pelos institutos de pesquisa aqui ressaltados.

Utilizaram-se os dados dos *surveys* aplicados pelos institutos: *Freedom House*, *The Economist Intelligence Unit (Democracy Index)* e *V-DEM Institute*.

Com a formatação do banco de dados, executamos médias, frequências, desvios padrões e correlações no intuito de testar os níveis de democratização atribuídos pelas e, ao mesmo tempo, classificá-los em ordem decrescente, i. e., do mais ao menos democrático.

A tabela 4 da pesquisa efetuou a padronização dos dados para a aplicação do modelo de correlação das matrizes dos conjuntos de dados. Os indicadores dos escores médios dos três institutos de pesquisa foram padronizados para a melhor operacionalização matemática.

Já em relação à análise correlacional, esta conceitualmente indica a associação entre duas variáveis lineares e os valores sempre serão entre +1 e -1. O sinal indica a direção, se a correlação é positiva ou negativa, e o tamanho da variável indica a força da correlação. Ele quantifica a força de associação linear entre duas variáveis, e, portanto, descreve quão bem uma linha reta se ajustaria através de uma nuvem de pontos. Se os pontos caem exatamente sobre uma linha crescente então $r = 1$, e se eles caem exatamente sobre uma linha decrescente, $r = -1$.

Esse método é de total valia para esse tipo de pesquisa que não busca relação de causalidade, mas de sim averiguar o nível de ajuste, ou verossimilhança, entre os três bancos de dados em seus escores médios.

Toda a parte matemática e estatística da pesquisa foi realizada no programa do pacote Office 365, com destaque especial ao Excel.

O que entendemos por democracia

A Teoria Democrática Contemporânea tem o seu “divisor de águas” com a publicação do livro “Capitalismo, Socialismo e Democracia” de Joseph Schumpeter, em 1942. Nesta obra, mais especificamente nos três capítulos referentes à democracia, Schumpeter desconstruiu o conceito clássico de democracia participativa de Rousseau afirmando que tal conceito só existe no discurso pré-fabricado da propaganda político-eleitoral.

Dali até hoje, a Teoria Democrática Contemporânea se dividiu entre os adeptos do chamado método democrático de Schumpeter, ou da visão minimalista da democracia, e os seus críticos. O método schumpeteriano influenciou autores como Robert Dahl e Anthony Downs que construíram bem-sucedidas edificações teóricas que sugeriam pesquisas empíricas no campo da política comparada.

Por exemplo, Dahl, em sua obra clássica da Ciência Política Contemporânea, Poliarquia (2005), se transformou em um dos principais referenciais, capaz de conceituar a democracia numa perspectiva minimalista, mas com o foco em algumas “liberdades liberais clássicas” fundamentais para o sucesso do método democrático. Tal conceito centrou seus objetivos em dois eixos básicos: o eixo da inclusão, ou do sufrágio universal, e o eixo da contestação, que seria o componente liberal da teoria. O estado estaria na base disso, pois as liberdades políticas necessárias para o sucesso da poliarquia precisavam de um estado de direito que as lastreassem.

O *mainstream* da Ciência Política brasileira conceitua e avalia as democracias sob o viés submínimo (MAINWARING et al (2001). Ou seja, a democracia é analisada pelo jogo político eleitoral entre as elites partidárias. No entanto, no campo da teoria democrática procedimental, o foco apenas no jogo eleitoral esconde questões que são fundamentais para o sucesso do regime democrático. Este deve ser visto como um conjunto de instituições responsáveis pelas garantias das liberdades políticas e civis, ingredientes sem os quais dificilmente haverá eleições livres e isentas.

A problematização em torno da qualidade e/ou desempenho da democracia deve partir de parâmetros conceituais que perpassem a definição meramente eleitoral, ou schumpeteriana. Morlino (2015) definiu o conceito de “qualidade” de uma democracia em sua capacidade de garantir eleições livres, limpas e isentas e na capacidade estatal de garantir o império da lei, onde ninguém fosse *legibus solutus*.

Para Morlino (2015), o conceito de qualidade estava dividido em diversas partes: Estado de Direito; *Accountability* (institucional e social); Participação; Competição; Liberdade e Igualdade; e Responsividade. Esses conceitos seriam ferramentas de análise empírica para chancelar as democracias, podendo as mesmas serem classificadas em algumas categorias: Democracias ineficientes; Democracias irresponsáveis;

Democracias ilegítimas; Democracias reduzidas; Democracias desiguais; e Democracias imperfeitas ou mínimas (MORLINO, 2015: 191-192).

O cientista político argentino, Guillermo O'Donnell (1998;1999) definiu democracia como um regime político no qual, além dos critérios schumpeterianos, o estado de direito deve ser usável para ampla maioria dos cidadãos agentes ativos do processo político. Já Mainwaring et al (2001), definiram o conceito de democracia consolidada de forma pragmático-procedimental, fazendo comparações entre as democracias eleitorais na sua capacidade estatal, sobretudo na garantia de direitos políticos e civis, e no controle dos civis eleitos sobre os militares. No caso de democracias falhas, criaram o conceito híbrido de democracia, ou semidemocracia, que seria uma zona híbrido-institucional na qual há eleições conforme a teoria, mas impedimentos institucionais (formais e/ou informais) para a consolidação da democracia.

Desde a formação da democracia na Grécia antiga, se passaram mais de dois mil anos para que a sociedade ocidental instalasse democracias realizáveis em larga escala (SARTORI, 1994). A democracia liberal está alicerçada em princípios pragmáticos e normativos difíceis de serem quantificados. Mas, com o avanço das tecnologias digitais e da própria teoria no campo investigativo da teoria política contemporânea, podemos construir teorias e conceitos mais consistentes sobre a democracia e, ao mesmo tempo, mensuráveis. Os institutos aqui trabalhados seguem o conceito procedimental e participativo da democracia contemporânea valorizando critérios que perpassam o eleitoralismo das definições schumpeterianas, com grande repercussão da teoria da Poliarquia de Dahl sem esquecer dos valores democráticos tais como a cultura de participação e a igualdade entre os indivíduos.

Comparando e classificando os regimes políticos na América Latina

A *The Economist Intelligence Unit* é um mecanismo de classificação de regimes políticos. Ele se baseia em indicadores pelos quais os países são definidos em democráticos, em democracias falhas, em regimes híbridos ou não-democráticos/autoritários. Tem como escopo cinco critérios para a classificação desses

regimes políticos¹. O *Varieties of Democracies (V-Dem)* também busca classificar os regimes políticos, mas em suas variações, sob a ótica da democracia liberal, usa, assim como a *The Economist Intelligence Unit* em seu *Democracy Index*, alguns critérios para realizar tal avaliação². Já a *Freedom House* está preocupada em observar o estado das liberdades no mundo, ou seja, ela busca avaliar os regimes em alguns princípios liberais³. (*DEMOCRACY INDEX, 2016; V-DEM ANNUAL REPORT, 2017; FREEDOM IN THE WORLD, 2016*).

Adiante, veremos que cada instituto em seus aspectos de análise dos regimes na América Latina. Entenderemos como e quais mecanismos são utilizados em seus respectivos estudos sobre os regimes e qual é a situação da América Latina, ou seja, como estão classificadas as democracias em seus diversos aspectos. Nesse sentido, cada instituto dispõe de dados os quais foram tabulados e, conseqüentemente, quais as conclusões de cada instituto sobre os regimes políticos na América Latina, além das suas médias, frequências, desvios padrões e correlações ou níveis de associação dos dados.

The Economist Intelligence Unit (Democracy Index)

O Índice de Democracia do *The Economist Intelligence Unit (TE)* é baseado em cinco categorias: 1. processo eleitoral e pluralismo; 2. liberdades civis; 3. funcionamento do governo; 4. participação política; e 5. cultura política. As cinco categorias se inter-relacionam e constituem um todo conceitual coerente. A condição de realizar eleições competitivas livres e justas e de satisfazer os aspectos que estão vinculados a liberdade política é, para tanto, claramente a condição *sine qua non* de todas as definições. (*DEMOCRACY INDEX, 2016*)

A democracia não se resume a soma de suas instituições, é mais do que isso. Uma cultura política democrática também é decisiva para a legitimidade, o bom

¹ 1. Processo eleitoral e pluralismo; 2. Funcionamento do governo; 3. Participação política; 4. Cultura política; e 5. Liberdades civis.

² 1. Índice de democracia liberal; 2. Índice de democracia eleitoral; 3. Índice do componente igualitário; 4. Índice do componente participativo; 5. Índice do componente deliberativo.

³ 1. Processo eleitoral; 2. Pluralismo político e partidário; 3. Funcionamento do governo; 4. Liberdade de expressão e crença; 5. Estado de direito; 6. Liberdades individuais e civis.

funcionamento e, em último momento, a sustentabilidade da democracia. O processo eleitoral separa periodicamente a população entre os vencedores e os perdedores. Uma cultura política que seja democrática bem-sucedida, implica que os partidos perdedores e aqueles que os integram aceitem o julgamento dos eleitores e permite a transferência pacífica de poder (*DEMOCRACY INDEX*, 2016). Assim sendo, a *The Economist* (TE) objetiva ir além da concepção puramente eleitoral e, também, do Estado de Direito, isto é, da análise do conceito de democracia delimitado até então, direcionando-se para a perspectiva deliberativa de democracia. (AVRITZER, 2000).

O índice de democracia da TE (*DEMOCRACY INDEX*, 2016) segue uma escala de 0 a 10, quanto mais próximo de 0 menos democrático, quanto mais perto de 10, mais democrático. Baseia-se na classificação de 60 indicadores, agrupados em cinco categorias: processo eleitoral e pluralismo; liberdades civis; o funcionamento do governo; participação política e cultura política. Cada categoria desta tem uma classificação na escala de 0 a 10 e o índice geral é o resultante de uma média simples dos cinco índices. Ajustes para as pontuações da categoria são feitos caso os países não pontuem 1 nas respectivas áreas críticas para a democracia:

- Se as eleições nacionais são livres e justas.
- A segurança dos eleitores.
- A influência das potências estrangeiras no governo.
- A capacidade do serviço civil para implementar políticas.

Como visto acima, existem 4 pontos bases para a mensuração da escala cujo resultado é a medição da intensidade da democracia. O primeiro ponto, de modo geral, coincide com a perspectiva de Schumpeter (1961), pois se restringe ao aspecto eleitoral e o segundo corrobora a perspectiva de Morlino (2015), pois diz respeito a segurança do eleitor que deve estar em um sistema de justiça equânime e de controle da violência.

Para tanto, de acordo com o *Democracy Index* (2016), as categorias foram construídas na seguinte ordem:

- Democracias plenas: pontuação de 8 a 10;
- Democracias falhas: pontuação de 6 a 7.9;
- Regimes híbridos: pontuação de 4 a 5.9;
- Regimes autoritários: pontuação abaixo de 4;

Seguindo Mainwaring et al (2001), podemos definir os regimes intermediários – democracias falhas e regimes híbridos – como sendo semidemocráticos, ou, seguindo a lógica de Ottaway (2003), semiautoritários, em suas classificações.

Abaixo, segue a tabela 1 com os países classificados em seus escores médios de regime político, e, também, pelas variáveis que compõem o escore médio.

Tabela 1. Classificação dos regimes políticos Latino-Americanos por critérios e score médio

País	Regime	Score médio	Processo eleitoral e pluralismo	Funcionamento do governo	Participação política	Cultura política	Liberdades civis
1. <i>Uruguai</i>	Full democracy	8.17	10.00	8.93	4.44	7.50	10.00
2. <i>Costa Rica</i>	Flawed democracy	7.88	9.58	7.14	6.11	6.88	9.71
3. <i>Chile</i>	Flawed democracy	7.78	9.58	8.57	4.44	6.88	9.41
4. <i>Panamá</i>	Flawed democracy	7.13	9.58	6.43	6.11	5.00	8.53
5. <i>Trinidad e Tobago</i>	Flawed democracy	7.10	9.58	7.14	5.56	5.00	8.24
6. <i>Argentina</i>	Flawed democracy	6.96	9.17	5.00	6.11	6.88	7.65
7. <i>Brasil</i>	Flawed democracy	6.90	9.58	6.79	5.56	3.75	8.82
8. <i>Suriname</i>	Flawed democracy	6.77	9.17	6.43	5.00	5.00	8.24
9. <i>República Dominicana</i>	Flawed democracy	6.67	8.75	5.71	5.00	6.25	7.65
10. <i>Colômbia</i>	Flawed democracy	6.67	9.17	7.14	4.44	4.38	8.24
11. <i>Perú</i>	Flawed democracy	6.65	9.17	5.36	6.11	4.38	8.24
12. <i>El Salvador</i>	Flawed democracy	6.64	9.17	6.07	4.44	5.00	8.53
13. <i>México</i>	Flawed democracy	6.47	7.92	6.07	7.22	4.38	6.76
14. <i>Paraguai</i>	Flawed democracy	6.27	8.33	5.71	5.00	4.38	7.94
15. <i>Guiana</i>	Flawed democracy	6.25	8.33	5.36	6.11	4.38	7.06
16. <i>Honduras</i>	Hybrid regime	5.92	9.17	5.71	3.89	4.38	6.47
17. <i>Guatemala</i>	Hybrid regime	5.92	7.92	6.07	3.89	4.38	7.35
18. <i>Equador</i>	Hybrid regime	5.81	8.25	4.64	5.00	4.38	6.76
19. <i>Bolívia</i>	Hybrid regime	5.63	7.00	5.36	5.00	3.75	7.06
20. <i>Nicarágua</i>	Hybrid regime	4.81	4.50	3.29	3.89	5.63	6.76
21. <i>Venezuela</i>	Hybrid regime	4.68	5.67	2.50	5.56	4.38	5.29
22. <i>Haiti</i>	Hybrid regime	4.02	5.17	2.21	2.22	3.75	6.76
23. <i>Cuba</i>	Authoritarian	3.46	1.75	4.64	3.89	4.38	2.65

Formatada pelos autores conforme dados do The Economist Intelligence Unit *Democracy Index* (2016).

Conforme tabela 1, a maior parte dos países latino-americanos é formada por regimes de democracias falhas ou regimes híbridos. Adotando a nomenclatura de regimes semidemocráticos e/ou semiautoritários (MAINWARING ET AL, 2001; OTTAWAY, 2003), a classificação seria: o Uruguai como único regime democrático consolidado; da Costa Rica até a Guiana como regimes semidemocráticos; de Honduras até Haiti como regimes semiautoritários; e Cuba como o único regime autoritário da América Latina.

Varieties of Democracies Institute (V-Dem)

O *V-Dem* tem como base teórica os conceitos deliberativos e procedimentalistas de democracia (DAHL, 2005; O'DONNELL, 1998 e 1999; HABERMAS, 1997; AVRITZER, 2000). Foi desenvolvida uma escala com cinco princípios ou variáveis: eleições, princípios liberais, participação, igualdade perante as leis e deliberação (*V-Dem Annual Report*, 2017). Estas cinco variáveis são medidas particularmente e, também, desde uma média que varia entre 0 (não-democracia) e 1 (democracia plena), ou seja, uma escala ordinal.

Utilizando esta escala e, conceitualmente, seguindo Mainwaring et al (2001), fizemos uma escala tricotômica com os dados. Dessa forma, os países situados entre 0,600 e 1 foram considerados democráticos, aqueles entre 0,599 e 0,300 em semidemocráticos e aqueles entre 0,299 e 0 como países semiautoritários ou plenamente autoritários.

A democracia liberal é definida como a existência de democracia eleitoral em conjugação com elementos adicionais: 1. o Estado de Direito, que deve assegurar o respeito pelas liberdades civis (MORLINO, 2015); 2. os mecanismos de equilíbrio de poder (freios e contra-pesos). Essa noção do que é democracia, ou como deveria ser, é construída pelo *Liberal Democracy Index* (LDI). Assim sendo, Índice de Democracia Liberal (LDI), Restrições Legislativas e Restrições Judiciais ao executivo, Estado de Direito e Índice de Democracia Eleitoral (EDI) são componentes fundamentais relativos à democracia liberal (*V-Dem Annual Report*, 2017, p.9).

Conforme *V-Dem Annual Report (2017)*, o Índice de Democracia Eleitoral *V-DEM* (EDI) considera não apenas a esfera em que os regimes realizam eleições limpas, livres e justas, mas também sua liberdade de expressão, fontes alternativas de informação e associação, bem como o sufrágio masculino e feminino.

Tabela 2. Scores dos países para o índice de democracia liberal e o seu ranqueamento (V-DEM)

Países	Ranking	Scores (LDI)
<i>Costa Rica</i>	1	0.844
<i>Uruguai</i>	2	0.782
<i>Chile</i>	3	0.752
<i>Argentina</i>	4	0.636
<i>Trinidad e Tobago</i>	5	0.629
<i>Suriname</i>	6	0.601
<i>Panamá</i>	7	0.586
<i>Peru</i>	8	0.582
<i>Brasil</i>	9	0.555
<i>Guiana</i>	10	0.525
<i>Colômbia</i>	11	0.524
<i>El Salvador</i>	12	0.494
<i>México</i>	13	0.481
<i>Guatemala</i>	14	0.481
<i>Paraguay</i>	15	0.437
<i>Bolívia</i>	16	0.407
<i>Equador</i>	17	0.331
<i>Honduras</i>	18	0.325
<i>República dominicana</i>	19	0.316
<i>Haiti</i>	20	0.297
<i>Nicarágua</i>	21	0.157
<i>Venezuela</i>	22	0.149
<i>Cuba</i>	23	0.085

Formatada pelos autores conforme dados do V-dem Annual Report (2017 com dados referentes a 2016)

Conforme tabela 2, da Costa Rica ao Suriname temos estados considerados democráticos pelos seus respectivos escores. Porém, do Panamá a República Dominicana temos majoritariamente estados na esfera de semidemocráticos de acordo com seus escores médios e, por fim, do Haiti a Cuba temos estados considerados plenamente autoritários. Em linhas gerais, se formos observar em termos quantitativos o número de países na América Latina sob a ótica da democracia liberal, a maioria se encontra na zona da semidemocracia (MAINWARING ET AL, 2001). Isso significa que algumas dessas variáveis: eleições, princípios liberais, participação, igualdade perante as leis e deliberação ainda não são garantias efetivas na realidade desta região. Em suma, podemos verificar que, de modo decrescente, os países vão seguindo uma direção em contramão à democracia consolidada.

Freedom House

A *Freedom in the World* (2016) buscou avaliar o estado de liberdade em 195 países e 15 territórios. Cada país e território recebeu entre 0 e 4 pontos em uma série de 25 indicadores, para uma pontuação agregada que vai até 100. Essas pontuações são usadas para definir duas classificações numéricas para direitos políticos e liberdades civis, com uma classificação de 1 representando as condições de estados mais livres e 7 os considerados menos livres. Os direitos políticos e as classificações de liberdades civis de um país ou território determinam, então, a classificação deles em Livre, Parcialmente Livre ou Não Livre (*Freedom In The World*, 2016).

A metodologia é derivada da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aplica-se a todos os países e territórios e daí independente de localização geográfica, composição étnica ou religiosa ou até mesmo o nível de desenvolvimento econômico. A *Freedom in the World* busca avaliar os direitos políticos e as liberdades civis no mundo que usufruem os indivíduos, e não está pautada, nesse sentido, na avaliação dos governos ou no desempenho dos governos em si. Esses direitos políticos e as liberdades civis podem ser afetados tanto por atores estatais bem como por aqueles que não integram a máquina estatal (*Freedom In The World*, 2016, p.4).

Como visto acima, a *Freedom House* objetiva ir além da concepção elitista ou Schumpeteriana pautada meramente no processo eleitoral como ferramenta definidora da democracia e na restrição ao eleitor enquanto mero produtor de governos, pois se atenta nos componentes liberais como, por exemplo: as liberdades civis e aos direitos políticos.

Nesse sentido, percebemos que há uma conciliação do instituto com a perspectiva de Dahl (2005) tendo em vista que as liberdades, como a liberdade de expressão e associação, constituem-se como instrumentos essenciais para a democracia. Contudo, há também uma consonância com o pensamento de Morlino (2015) haja vista que as liberdades civis e políticas devem ser resguardadas por um Estado de Direito assentado sobre um sistema de justiça equânime e livre da violência.

Tabela 3. Classificação dos países livres, não livres e parcialmente livres na América Latina

Países	Direitos Políticos	Liberdades Civis	Pontuação	Classificação
1. <i>Uruguai</i>	1	1	98	Free
2. <i>Chile</i>	1	1	95	Free
3. <i>Costa Rica</i>	1	1	90	Free
4. <i>Panamá</i>	2	2	83	Free
5. <i>Brasil</i>	2	2	81	Free
6. <i>Trinidad e TB.</i>	2	2	81	Free
7. <i>Argentina</i>	2	2	79	Free
8. <i>Suriname</i>	2	3	77	Free
9. <i>Guyana</i>	2	3	74	Free
10. <i>Peru</i>	2	3	71	Free
11. <i>República D.</i>	3	3	70	Partly Free

12. <i>El Salvador</i>	2	3	69	Partly Free
13. <i>Bolívia</i>	3	3	68	Partly Free
14. <i>México</i>	3	3	65	Partly Free
15. <i>Paraguai</i>	3	3	64	Partly Free
16. <i>Colômbia</i>	3	4	63	Partly Free
17. <i>Equador</i>	3	3	59	Partly Free
18. <i>Guatemala</i>	4	4	54	Partly Free
19. <i>Nicarágua</i>	4	3	54	Partly Free
20. <i>Honduras</i>	4	4	45	Partly Free
21. <i>Haiti</i>	5	5	41	Partly Free
22. <i>Venezuela</i>	5	5	35	Partly Free
23. <i>Cuba</i>	7	6	16	Not Free

Tabela formatada pelos autores conforme dados da *Freedom in The World* (2016)

A *Freedom in The World* (2016) busca avaliar e classificar os regimes de modo tricotômico de forma que desenvolveu uma escala que se divide em: países livres, parcialmente livres e não livres. Os países que se aproximam de 100 num score agregado e que, ao mesmo tempo pontuam 1 em direitos políticos (PR) e liberdades civis (CL) ou aproximadamente, são considerados democráticos. Porém, os países que pontuam 7 nesses dois critérios são considerados não livres.

O que percebemos na classificação dos países, e seguindo uma comparação com o que Mainwaring et al (2001) diagnosticaram, a maioria dos países, mais uma vez, se concentra numa zona intermediária entre democracias e não democracias quando, ao invés de utilizarmos os termos livres, parcialmente livres e não livres, utilizarmos os

termos democracia, semidemocracia e não democracia. Apesar de que 10 desses países são considerados democráticos pelo instituto, apenas Cuba aparece como país não democrático por esses critérios. No entanto, como dito, há dez países considerados democracia sólida pelos seus critérios e estes vão do Uruguai ao Peru.

O estudo comparativo das plataformas de comparação de regimes políticos

Nesta seção especificamente iremos contextualizar os dados das três plataformas buscando integralizar os dados para explanação dos resultados. O intuito é testar o objetivo central da pesquisa que é comparar os regimes políticos nas três unidades de análise.

Tabela 4. Países da América Latina e suas classificações nos bancos do The Economist (Democracy Index), Varieties of Democracies e Freedom House | Médias dos escores | Desvio Padrão | Correlações entre os conjuntos de dados

<i>countries</i>	TE	V-DEM	FH	média	desv pa	correl texvdem	correl texfre	correl vdemxfre
<i>Uruguai</i>	817	782	980	859,67	105,67	0,91	0,94	0,89
<i>Costa Rica</i>	788	844	900	844,00	56,00			
<i>Chile</i>	778	752	950	826,67	107,60			
<i>Trinidad e Tobago</i>	710	629	810	716,33	90,67			
<i>Panamá</i>	713	586	830	709,67	122,03			
<i>Argentina</i>	696	636	790	707,33	77,62			
<i>Brasil</i>	690	555	810	685,00	127,57			
<i>Suriname</i>	677	601	770	682,67	84,64			
<i>Peru</i>	665	582	710	652,33	64,93			
<i>Guiana</i>	625	525	740	630,00	107,59			
<i>El Salvador</i>	664	494	690	616,00	106,45			
<i>Colômbia</i>	667	524	630	607,00	74,22			
<i>México</i>	647	481	680	602,67	106,65			
<i>Paraguai</i>	627	437	640	568,00	113,64			
<i>Rep. Dominicana</i>	667	316	700	561,00	212,82			
<i>Guatemala</i>	592	481	540	537,67	55,54			

<i>Bolívia</i>	563	316	680	519,67	185,83			
<i>Equador</i>	581	331	590	500,67	147,00			
<i>Honduras</i>	592	325	450	455,67	133,59			
<i>Nicarágua</i>	481	157	540	392,67	206,21			
<i>Haiti</i>	402	297	410	369,67	63,06			
<i>Venezuela</i>	468	149	350	322,33	161,29			
<i>Cuba</i>	346	85	160	197,00	134,38			

Fonte: dados das três tabelas uniformizadas. Padronização dos dados e cálculos do autor.

No intuito de mensurar os resultados avaliados nas três plataformas de dados, unificamos os indicadores médios de cada um dos bancos de dados, tiramos as médias dos países nas três classificações, avaliamos os desvios padrões em cada banco em relação a cada país e correlacionamos⁴ as médias dos três bancos na relação TExVDEM, TExFRE e VDEMxFRE.

Os resultados mostraram que os bancos da TE e da FH são mais correlacionados em seus resultados e o V-DEM é mais rígido nas notas avaliadas para cada país. Isso ficou claro nos desvios padrões da República Dominicana e da Nicarágua. Todavia, as três correlações mostraram alto nível de associação entre os bancos. Os bancos de dados comparativos das democracias mostraram grande afinidade. Isso nos permite visualizar claramente o ranking dos países mais democráticos em relação aos menos democráticos na América Latina, com poucos desvios de colocação.

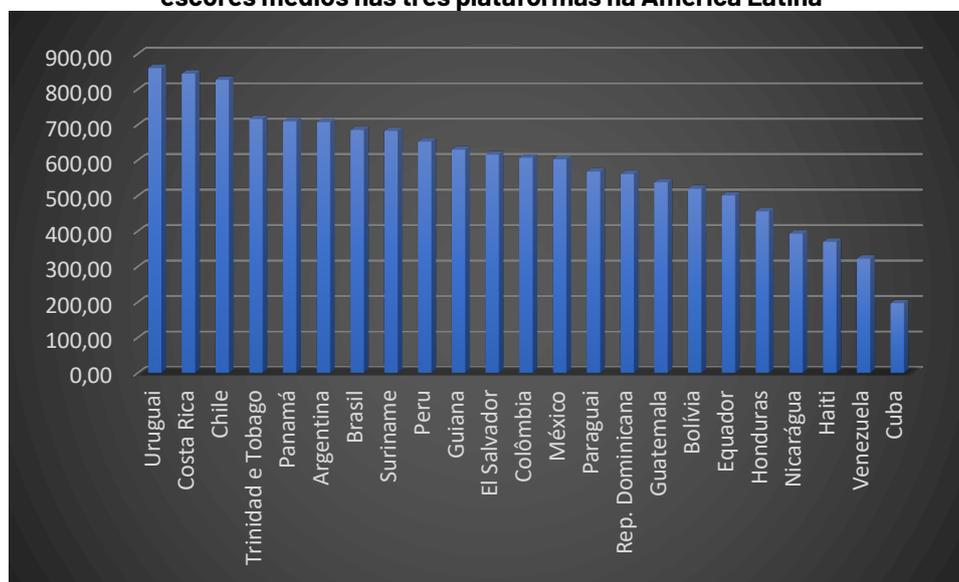
Na tabela 4, então, temos definido o ranking geral dos países latino americanos conforme a média dos três principais bancos de dados quantitativos de análise de qualidade de regimes políticos, conforme as teorias democráticas contemporâneas. Esse método ajudou a ajustar os indicadores, fornecendo um diagnóstico mais preciso da colocação, classificação e comparação dos países. Seguindo a perspectiva tricotômica de Mainwaring et al (2001), temos a seguinte ordem: de Uruguai a México, democracias

⁴ As correlações simples foram executadas no programa Excel e foram elaboradas nos conjuntos de dados das matrizes de cada plataforma. A correlação é uma técnica estatística que busca avaliar o nível de associação entre duas variáveis ou dois conjuntos de dados, como foi o caso aqui em tela.

consolidadas; de Paraguai a Venezuela, semidemocracias; e Cuba como o único regime não democrático, ou autoritário.

Seguindo a perspectiva quadricotômica da *The Economist Intelligence Unit*, teríamos a seguinte ordem: Uruguai, Costa Rica e Chile, democracias consolidadas; de Trinidad e Tobago até México, semidemocracias, ou regimes de democracias falhas; de Paraguai até Honduras, semiautoritarismos, ou regimes híbridos; e por fim, de Nicarágua a Cuba, regimes autoritários (Cf. gráfico 1).

Gráfico 1. Distribuição dos países em relação a qualidade de seus regimes políticos em seus escores médios nas três plataformas na América Latina



Fonte: formatado pelo autor com base no escore médio das três plataformas.

Conclusão

Para a *The Economist Intelligence Unit*, em seu *Democracy Index* 2016, a América Latina se encontra numa situação onde a democracia não faz parte da realidade de muitos de seus países, de modo que apenas o Uruguai em sua análise é considerado como democracia plena, sobretudo, haja vista que, de acordo com seus dados tabulados sobre a classificação dos regimes políticos, nesta região há apenas duas variáveis que se preponderam às demais: o processo eleitoral e as liberdades civis. Nesse sentido, isso significa que ainda há uma fragilidade nas democracias dos países desta região tendo

em vista que, por um lado, existe um processo eleitoral muito forte, por outro, de modo geral índices de cultura política e participação política muito baixos.

Mas, em contraponto, sobretudo fazendo uma análise comparativa dos dados tabulados, conforme os indicadores do *V-dem* e da *Freedom House* não só o Uruguai é considerado democrático, também o são: Costa Rica, Argentina e Chile.

Por outro lado, o *V-dem* analisa os regimes políticos sob a ótica da democracia liberal. Conforme seus dados tabulados, podemos entender que a maioria dos países Latino-Americanos se encontra numa zona fronteira entre a democracia e o autoritarismo e, conseqüentemente, Estado de Direito, direitos políticos e civis como componentes liberais, ainda não são garantidos efetivamente como consequência de fragilidades institucionais.

Ao observarmos os dados tabulados da *Freedom House*, são 10 países que garantem efetivamente os direitos políticos e as liberdades civis e em contrapartida há 13 países que se mostram ainda débeis para fazê-lo. Por último, há um estado que não garante minimamente nenhum dos dois componentes liberais. Mas, considerando esse número elevado de países parcialmente livres, em linhas gerais, percebemos que a democracia consolidada para esta região ainda se mostra frágil, fazendo com que a maioria dos países seja classificada como semidemocrática e/ou semiautoritária.

Por fim, os dados dos três bancos chegam a respostas parecidas quanto a classificação dos regimes políticos latino-americanos. A última tabela sacramenta o nosso principal objetivo que foi comparar os regimes políticos nas três principais plataformas de mensuração de regimes políticos, ou, ao menos, as mais conhecidas. A *The Economist*, o *V-Dem* e a *Freedom House* são colocadas em paralelo e se tira uma média de seus escores médios. Percebemos desvios padrões expressivos nos dados da República Dominicana e Nicarágua, países que são muito mal avaliados pelo *V-Dem*, mas que foram melhor avaliados nas outras duas plataformas. Outra questão importante, a alta correlação entre os resultados de escores médios, com destaque as plataformas da *The Economist* e da *Freedom House* que se mostraram mais correlacionadas. Isto nos sugere que a plataforma do *V-Dem* apresenta maior rigor em sua avaliação e classificação de regimes políticos. Os resultados dessa operação demonstraram que: Uruguai, Costa Rica e Chile são as democracias consolidadas do continente. Cuba,

Venezuela e Haiti são os regimes menos democráticos, ou mesmo autoritários. A maioria dos países se localiza em uma zona cinzenta semidemocrática ou semiautoritária.

Bibliografia

AVRITZER, Leonardo. “Teoria Democrática e Deliberação Pública”, **Lua Nova** Revista de Cultura e Política, n. 50, São Paulo, 2000. pp. 25-46.

DAHL, Robert A. **Poliarquia e Oposição**. São Paulo: USP. 2005.

FREEDOM IN THE WORLD. **Anxious Dictators, Wavering Democracies: Global Freedom under Pressure**. Freedom House, 2016.

HABERMAS, Jurgen. “Política Deliberativa: Um Conceito Procedimental de Democracia”. **Direito e Democracia: entre facticidade e Validade, Rio de Janeiro**. Tempo Brasileiro, 1997.

_____. “O Papel da Sociedade Civil e a Nova Esfera Pública”. **Direito e Democracia: entre facticidade e Validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HAGGARD, Stephan; KAUFMAN, Robert R. **Dictators and Democrats Masses, Elites, and Regime Change**. Princeton University Press, 2017.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte: Ed. Paidéia. 1987.

MAINWARING, S.; BRINKS, D.; LINÁN, A. P. “Classificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, 2001.

MORLINO, Leonardo. Qualidade das democracias: como analisá-las. Goiânia: editora: Soc. e Cult., Jul./Dez, 2015, p. 177-194.

NÓBREGA JR, José Maria Pereira da. **Semidemocracia brasileira: as instituições coercitivas e práticas sociais**. Recife: Ed. Nossa Livraria, 2009.

O’DONNELL, Guillermo. “*Accountability* Horizontal e Novas Poliarquias”. **Lua Nova**, nº 44, 1998.

O'DONNELL, Guillermo. "Teoria democrática e política comparada". **Scielo**. Rio de Janeiro, 1999.

OTTAWAY, Marina. **Democracy Challenged. The rise of Semiauthoritarianism**. Washington, D.C: Carnegie Endowment for International Peace, 2003.

SARTORI, Giovanni. "Teoria da Democracia Revisitada. O debate contemporâneo". São Paulo: Ed. Ática, 1994.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **Democracy Index 2016 Revenge of the "deplorables"**, 2017.

V-DEM. "Varieties of Democracy. Democracy at Dusk?". **V-Dem Annual Report**, 2017.

ANO 2 | 2023-2024